



Hugo Paula/Correio da Manhã



Tribunal do Trabalho | A reestruturação de empresas continuou no primeiro semestre do ano, dando origem a despedimentos e a solicitações de serviços jurídicos na área do contencioso, nomeadamente no laboral.

PRIMEIRO SEMESTRE

Serviços jurídicos ganham fôlego mas só nos mercados externos

Por cá, as mudanças positivas na economia “são ténues”. Para a chamada “advocacia de negócios” a actividade está centrada sobretudo fora de Portugal

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

São ainda ténues os sinais positivos para a economia portuguesa. É isso que dizem alguns dos principais prestadores de serviços jurídicos do mercado. Com o contencioso e as reestruturações de empresas a marcarem cá dentro a actividade da chamada “advocacia de negócios”, na hora do balanço à primeira metade do ano, a conclusão é de que os resultados nem foram maus de todo, mas se assim foi ficou a dever-se à aposta na internacionalização.

“Cada vez mais temos estado a trabalhar lá fora”, afiança Manuel Santos Vitor, sócio executivo da PLMJ, sublinhando que ao longo do primeiro semestre deste ano a sociedade que lidera obteve resultados positivos sobretudo devido à actividade desenvolvida em mercados como o angolano e o moçambicano.

“A actividade internacional continua a registar um crescimento bas-

tante superior ao mercado português”, sublinha por seu turno Rui Amendoeira. Segundo este advogado, sócio executivo da Miranda, no seu escritório foi registado algum acréscimo nos serviços prestados na área de fusões e aquisições, mas “essencialmente nos mercados estrangeiros”. De resto, sublinha, em Portugal manteve-se no primeiro semestre deste ano “a tendência anterior de forte actividade na área do contencioso fiscal, laboral, reestruturações e também contencioso”.

Tal como diz Diogo Leónidas Rocha, “as mudanças positivas são ainda muito ténues”. Segundo adianta este sócio da Garrigues, a sociedade de que é um dos sócios principais “participou em algumas transacções de grande dimensão, mas quase todas motivadas por preocupações relacionadas com a conjuntura actual”, como sejam operações de aumento de capital no âmbito de processos de recapitalização de bancos ou operações de resseguro para me-

lhorias de rácios de capital. Até por isso, frisa, “em termos de investimento ainda não se notam grandes melhorias, sentindo-se um certo receio dos clientes em relação à imprevisibilidade da evolução económica”.

Miguel Castro Pereira, líder da Abreu Advogados, sustenta igualmente que “parece haver um muito ligeiro ressurgimento do investimento interno”, mas sublinha também que “há ainda um significativo crescimento dos investimentos e exportações para o estrangeiro, designadamente para a África, Ásia e América Latina”.

Já se vê uma luz ao fundo do túnel?

Também de acordo com o sócio da Sérvulo & Associados Lino Torgal, tem sido relevante “o aumento de procura internacional, sobretudo acompanhando o movimento de internacionalização dos clientes” do seu escritório. Um movimento que,

Nos [serviços jurídicos], a actividade internacional continua a registar um crescimento bastante superior ao mercado português.

RUI AMENDEOEIRA
Advogado

esclarece, “tem uma clara predominância no espaço lusófono”.

Paulo Pinheiro, da Vieira de Almeida (VdA), esclarece por seu turno que a nível interno “o trabalho de reestruturações empresariais, de negociação de grandes contratos e

de litigância à volta dos reflexos da crise em contratos de longa duração (por exemplo, as concessões)” teve um “peso significativo no primeiro semestre de 2013”.

Tal como adianta, esta realidade espelha bem uma realidade patente na economia portuguesa: “A adaptação das empresas ao ‘novo normal’, marcado por novos desafios, mas também por novas adversidades”. Ainda assim, observa, no primeiro semestre do ano a VdA passou a acompanhar novos dossiês de “inovadores projectos de investimento”. O que, sublinha, “espelha uma realidade que, felizmente, começa a aparecer na economia portuguesa: a confiança num futuro melhor mais estável.

Para Lino Torgal, a realidade descrita “não permite afastar por completo as dificuldades que se vêm sentindo no comportamento da economia nacional, mas faz antever alguns sinais de recuperação, sobretudo por via das exportações”.